COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.506, de 2014 (PDS 31/2013, na Casa de Origem) Apensado o PDC 1476/14)

Susta a Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado José Carlos Araújo

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em exame, oriundo do Senado Federal, tem por objetivo sustar, com base no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a Resolução nº 34/89, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, a qual proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

O autor da proposição, Senador Roberto Requião, argumenta que a edição da Resolução nº 34/89, pelo Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDIC), da qual discorda, teve por fulcro atribuição que lhe foi conferida pelo Decreto nº 94.508, de 23 de junho de 1987, revogado em 1991.

Foi apensado ao processo o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.476, de 2014, de autoria do Deputado Guilherme Campos, com o mesmo teor da proposição principal.

Nos antecedeu na relatoria o Deputado Sérgio Brito que, originalmente, havia se manifestado pela aprovação do projeto principal e requerido a prejudicialidade do apensado. A matéria não chegou a ser apreciada por esta Comissão. Ressalte-se que esta CDC deliberou pela apresentação de Projeto de Lei de sua autoria, buscando disciplinar a matéria no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. Em 16 de março de 2016, o Presidente da Câmara indeferiu o pedido de declaração de prejudicialidade feito pela Comissão, devolvendo o processo para manifestação do Colegiado, o que motivou a sua redistribuição, e minha designação como Relator.

Além desta Comissão de Defesa do Consumidor, a proposição foi despachada para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sujeita à apreciação do Plenário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental

II - VOTO

O assunto tratado na presente proposição não é novo. Em outras ocasiões esta Comissão já rejeitou proposições afins, que pretendiam possibilitar a instituição de sobre-preço nas compras realizadas por meio de cartão de crédito, em detrimento de outras formas de pagamento.

Desta vez a iniciativa visa revogar norma do já extinto Conselho Nacional de Defesa do Consumidor que impede a

cobrança de preços diferentes quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

Para instruir a matéria, esta Comissão realizou reuniões de audiências públicas com os mais diversos segmentos ligados ao assunto, em 18/11/2014 e 25/11/2014, ocasiões em que restou inequívoca a manifestação contrária por parte dos órgãos de defesa do consumidor, quanto ao teor da proposição. Foram ouvidos os seguintes expositores: Amaury Oliva, Diretor do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor - DPDC; João Carlos Coutinho Devens, Diretor da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS; Bruno Breithaupt, Diretor da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Cécilio Augusto Esteves, Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio - CNC; e Ricardo de Barros Vieira, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito – ABECS.

A Pró –Teste encaminhou a esta Comissão o Ofício nº 3003.03/14 considerando “abusiva a cobrança de preço diferenciado no caso de compras realizadas com meios eletrônicos de pagamento, entendendo que os lojistas é quem devem arcar com as despesas relativas aos mecanismos utilizados para o recebimento dos valores dos consumidores. O valor de tal ônus pode até ser questionado pelos estabelecimentos, mas jamais ser repassados aos consumidores”.

Ressalta-se que, além de ter rejeitado proposições de teor semelhante que por aqui tramitaram, esta Comissão é autora do Projeto de Lei nº 4.327, de 2016, que busca reforçar justamente a abusividade da prática que o PDC 1.506, de 2014, e seu apensado, pretendem legalizar, fundamentando sua

justificação, inclusive, em posicionamento do Poder Judiciário sobre o assunto.

Quando a matéria veio a debate nesta Comissão, ainda no ano de 2014, os seguintes parlamentares apresentaram voto em separado manifestando-se contrariamente ao PDC 1506/14 e ao seu apensado: deputados Silvio Costa; Chico Lopes; Júlio Delgado; Augusto Coutinho; Ricardo Izar; César Halum; Nelson Marckezan Júnior; Hugo Napoleão; Áureo; Márcio Marinho; e Paulo Wagner.

O voto em separado então apresentado defende a rejeição da proposição, registrando o posicionamento expresso neste mesmo sentido pelas seguintes autoridades e entidades de defesa do consumidor: senhora Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; Fundação Procon/SP; Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor; Associação Brasileira de Procons; Pró-Teste; o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; e a Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor-ADECCON.

Dentre as diversas razões apontadas para rejeição das propostas destacamos as seguintes:

- a prática de preços diferenciados para pagamento com cartão de crédito é medida abusiva, atentando contra os interesses dos consumidores;

- o proposto no projeto fere decisões judiciais que asseguram ao consumidor o direito de pagar o mesmo preço, independente do meio de pagamento utilizado;

- a prática configura clara vantagem excessiva dos comerciantes mediante a transferência, para o consumidor, dos custos do fornecedor que opta por utilizar o cartão de crédito como

meio de pagamento, provocando claro desequilíbrio nas relações de consumo;

- em que pese a legítima insatisfação do comércio com os custos e as altas taxas de desconto cobradas pelas instituições financeiras nas operações com cartões, não parece razoável resolver uma questão complexa de forma simplista, transferindo todo esse custo à parte mais fraca da relação, o consumidor;

- os consumidores já arcam com as despesas para utilização do serviço prestado pelas administradoras de cartões de crédito, cabendo aos fornecedores a sua participação, sem repasse aos consumidores, caso contrário haveria um ônus duplo assumido exclusivamente pelos consumidores. Não há qualquer garantia de redução dos preços ao consumidor para o pagamento em dinheiro. Na verdade o que se observa é a manutenção dos preços ou, em pior hipótese, o aumento da margem de lucro dos fornecedores;

- os estabelecimentos que optam pelo recebimento com cartão de crédito auferem benefícios como o aumento das vendas, maior segurança nas transações e reduzido risco de inadimplência se comparados com outras formas de pagamento, como o cheque ou dinheiro;

- o estímulo ao uso de numerário incentiva a informalidade e traz ameaça à segurança dos consumidores. Atualmente é cada vez maior o número de estabelecimentos que não recebem cheques. O cartão de crédito, portanto, deve ser incentivado e não discriminado;

- o projeto estimula um retrocesso ao uso do cartão de crédito e, por consequência, aumenta custos e riscos. Se

aprovada a medida, o Brasil estaria na contramão do restante do mundo desenvolvido, pois em vários países o que se instituiu foram diplomas legais assegurando que o preço seja o mesmo, independente do meio de pagamento utilizado;

- o Código de Defesa do Consumidor exige a explicitação dos preços, quer seja nas gôndolas ou em qualquer outra forma de apresentação. Em sendo aprovada a proposta, será necessário explicitar ao consumidor os dois preços: um para pagamento com dinheiro, cheque etc. e outro, para pagamento com cartão de crédito. Os supermercados e postos de combustível, por exemplo, teriam que adotar estruturas apartadas para recebimento dos pagamentos. Em suma, é uma medida que se mostra de improvável operacionalização.

Assim, a Resolução nº 34/89 do então Conselho Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, ao proibir o estabelecimento de diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito, é uma medida que vem ao encontro dos interesses dos consumidores, convergindo com o posicionamento cristalino já expresso por esta Comissão e pelo Poder Judiciário. Não se identificam, portanto, razões que justifiquem a sustação da citada norma.

Diante dessas considerações, nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.506, de 2014 e seu apensado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.476, de 2014.

Sala das Sessões, de de 2016.

Deputado José Carlos Araújo
Relator